



Anais da Assembléia

N.º 58

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 51.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1985. TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados: Anibal Khury e Dirceu Manfrinato.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Paulo Furiatti e Sabino Campos (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Matos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, a inserção na ata

dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 17.06.85, no Município de Jardim Alegre, da Senhora Maria Augusta Pavan.

A extinta era viúva, deixa dez filhos, entre eles o Senhor José Pavan, comerciante de renome em Jardim Alegre, sendo um dos pioneiros da região.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, através de seu filho, Senhor José Pavan.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão ALDO SIENA, ocorrido no último dia 14, em Londrina, aos 71 anos de idade.

O extinto era figura muito querida e estimada naquele município, tendo sua morte causado muita tristeza e dor aos familiares e vasto número de amigos que tiveram o privilégio da sua convivência ao longo de muitos anos.

Homem sério, dedicou sua vida ao trabalho e a servir ao próximo, dotado de um coração generoso, que só soube praticar o bem.

Pelo seu valor, foi sub-Prefeito do Distrito da Maravilha, onde teve destacada atuação, principalmente no atendimento da população agrícola.

Foi uma grande e irreparável perda.

Requeiro, ainda, que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada à família enlutada, através de seu filho, o atuante Vereador de Londrina, Edson Siena.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor JOÃO VECCHI, ocorrido sexta-feira, dia 14 de junho de 1985, na cidade de Campo Mourão.

O extinto era progenitor do Senhor AUGUSTINHO VECCHI, Superintendente da SUCEPAR, havendo ocupado o cargo de Prefeito Municipal de Campo Mourão, de 1976 à 1982.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Externa, composta por três Senhores Deputados para representar a Assembléia Legislativa do Paraná nos festejos alusivos ao 30.º Aniversário de Fundação de Umuarama, a se realizar nos dias 24, 25 e 26 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Senhor Coronel P.M. ELIZEU FERRAZ FURQUIM, comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária do Paraná pela sua promoção a coronel da nossa briosa Polícia Militar.

Requer que da decisão da Casa seja dado ciência ao homenageado por intermédio do Excelentíssimo Senhor Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A promoção do nosso homenageado de hoje, ao posto de Coronel da nossa Polícia Militar, foi recebida com grande satisfação não só por seus superiores e camaradas, mas também por familiares e amigos.

Muito bem o conhecemos como homem de reconhecida integridade moral, capacidade e dedicação no trato com seus subordinados.

Temos certeza que o coronel ELIZEU FERRAZ FURQUIM atingirá maiores conquistas para enriquecer seu cabedal de títulos já demonstrado cabalmente, sempre obtendo espaços e credibilidade junto aos seus superiores bem como a comunidade em geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao "Jornal do Estado", pela comemoração, no dia de ontem, dos seus três anos de fundação, ocorrido em Curitiba, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Diretor Doutor

Roberto Barrozo Filho.

O "Jornal do Estado" surgia há três anos da necessidade de dar um verdadeiro aprimoramento à imprensa escrita. Seu fundamento maior, neste sentido, tem sido o de proporcionar ao público informações identificadas com suas respectivas realidades.

Nos dias de hoje, aquele veículo de comunicação já é presença marcante na vida dos curitibanos e de inúmeros municípios onde o mesmo circula. Não tem se limitado tão somente em produzir em suas páginas a informação pura e simplesmente. Mais do que isto, o "Jornal do Estado" tem servido como um legítimo instrumento na divulgação e na defesa dos interesses da população, particularmente com relação ao Paraná.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao apresentar este requerimento de Congratulações ao "Jornal do Estado", o faço com inteira justiça a um órgão da imprensa paranaense que vem dando sua contribuição para o processo desenvolvimentista mais justo, dirigindo, ainda, os cumprimentos ao conjunto dos seus funcionários responsáveis pela grande, mas gratificante tarefa de bem informar.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Telex aos Senhores Almir Pazzianoto e Fernando Lyra, Ministros do Trabalho e da Justiça, respectivamente, consubstanciado em reivindicação para a criação de 19 (dezenove) Juntas de Conciliação Trabalhista. Que, da decisão, se dê ciência ao Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e aos Senhores Juizes de Direito das Comarcas indicadas no pedido em questão, bem como ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretário do Trabalho.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná sofre com a disparidade existente no campo da Justiça do Trabalho, no que concerne ao ínfimo número de Juntas de Conciliação por ele abrigadas.

Desde longa data, a defasagem vem sendo acentuada. Até a edição da Lei de n.º 6.563, em data de 19 de setembro de 1978, o Paraná sediava apenas quatro Juntas da Capital e outras quatro no interior (Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa e União da Vitória). A lei acima citada, por sua vez, permitiu a implantação de apenas outras quatro

Juntas em nosso Estado (Apucarana, Cornélio Procopio, Guarapuava e Maringá) deste vez ignorando Curitiba e Londrina, que já careciam de duplicação e ignorando também comunas de porte tais como Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Jacarezinho, Pato Branco, Toledo, Paranavaí e Umuarama.

Aliás, em documento já encaminhado ao Governador José Richa e no qual se pleiteava o que ora se pleiteia, seus subscritores, os Senhores Doutores Tobias de Macedo Filho, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; João Orestes Dalazem, Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho e Carlos Roberto Ribas Santiago, Conselheiro da OAB/PR, além de todas as Federações Trabalhistas, em completo e minucioso memorial, fizeram questão de ressaltar que o "Estado do Paraná", atualmente, conta com apenas 12 Juntas de Conciliação e Julgamento, enquanto os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina contam, respectivamente, com 57, 101, 35, 50, 29, 20 e 14". E prosseguem chamando atenção para o que consideramos de injusta disparidade: "Considerando-se a população do Estado do Paraná, do Distrito Federal e de outros Estados da Federação e a média de habitantes por Junta de Conciliação e Julgamento nos mesmos existentes, teríamos que seria necessária a criação em nosso Estado de 40 Juntas para se igualar, atualmente, ao Distrito Federal, 37 para se igualar ao Rio Grande do Sul, 26 para se igualar ao Rio de Janeiro, 19 para se igualar a São Paulo, 17 para se igualar a Santa Catarina, 13 para se igualar a Pernambuco, 13 para se igualar ao Pará, 11 para se igualar a Bahia e 8 para se igualar a Minas Gerais, sendo que, levando-se em conta a equiparação pela média global, necessária seria a criação mínima de mais 20 Juntas no Paraná". Tais registros, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos permitem afirmar o asoerbamento da movimentação na Justiça do Trabalho, sendo que o quadro atinge níveis até alarmantes, eis que o Paraná sustenta uma população calculada em torno dos 8 milhões de habitantes que podem se valer apenas das 12 Juntas em funcionamento, isto é, numa proporção de 800 mil habitantes aproximadamente para cada uma delas. Necessitaríamos, pois, de mais 17 Juntas apenas para nos igualarmos com Santa Catarina. A posição de desigualdade do Paraná é tamanha, em relação a outros Estados, que nos basta indicar a existência de 17 Juntas somente na Capital do Rio Grande do Sul, contra quatro existentes em Curitiba. É imperiosa, lógica e racionalmente, a

criação de Juntas nos Municípios de Campo Mourão, Ivaiporã, Paranavaí, Pato Branco, Toledo, Telêmaco Borba e Umuarama, além de uma segunda em Londrina e mais cinco na Capital do Estado. Nos fixamos nesses municípios acima alinhados, por serem todos eles, importantes pólos de vastas e populosas regiões. Finalizando, chamamos a atenção das autoridades nominadas na súmula do requerimento em tela, para o fato de que, justamente nesses onze últimos anos, durante os quais mais nenhuma outra Junta foi destinada ao Paraná, aconteceu o processo de urbanização da nossa população que, abandonando o campo, passou a fixar-se nas cidades de médio e grande porte, justamente as acima referidas e para as quais reivindicamos Juntas de Conciliação.

Incrivelmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as regiões do Oeste e do nosso Sudoeste, responsáveis hoje pela enorme produção de grãos que colocam nosso Estado como o maior produtor agrícola do País, ainda não possuem os órgãos ora pleiteados. Acreditamos que os dados e os informes acima, serão mais que suficientes para sensibilizarmos os Ministros Almir Pazzianotto e Fernando Lyra para oferecerem solução à situação exposta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR-Telecomunicações do Paraná, visando a implantação de uma rede de telefonia rural na localidade de Bradópolis, pertencente a Municipalidade de Janiópolis.

O presente requerimento se faz necessário a sua apresentação tendo em vista reivindicação formulada pelo Excelentíssimo Senhor José Peguin Neto. Este integrante do Poder Legislativo de Janiópolis afirma ser de fundamental importância dotar a localidade de Bradópolis de um sistema de telefonia rural. Segundo ainda aquele Vereador, a referida localidade possuía apenas um aparelho, que, no entanto se encontra há muito tempo desligado.

Face ao exposto, espera-se dessa Companhia o encaminhamento de medidas que venham efetivamente de encontro ao interesse manifestado pelo Vereador José Peguin Neto, que é também o desejo da população de Bradópolis.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da construção de dois abrigos para passageiros na Municipalidade de Juranda.

O pedido da construção de dois abrigos é do Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, prefeito Municipal daquela cidade. O primeiro deve ser construído na entrada da BR 369, próximo a Avenida Brasil; o outro abrigo terá sua edificação prevista na saída para Ubiratã, pela Avenida Paraná.

A participação da Secretaria de Estado dos Transportes é indispensável, visto que a administração local não dispõe, em seus cofres municipais, recursos de ordem financeira que permitam assegurar a execução daquelas duas importantes obras.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar a instalação de telefones nos Postos da Polícia Rodoviária ao longo das rodovias.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de se instalar telefone nos postos da Polícia Rodoviária, trará características verdadeiramente voltadas para a efetiva segurança, programa básico e prioritário do Governo do Estado.

Os próprios homens destacados para desempenharem suas funções nos Postos ao longo das rodovias, sentem-se desprovidos de melhores equipamentos de comunicação não só para o desempenho do trabalho como para emergência em caso de acidente ou outra anormalidade eventualmente ocorrida na rodovia.

Por isso, e porque sabemos de possíveis situações as mais adversas, é que encaminhamos esta sugestão em defesa da segurança não só dos homens que trabalham diuturnamente naquele setor, como de resto, de toda a comunicação que se desloca pelas estradas do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes objetivando, em caráter emergencial, o cascalhamento bem como a recuperação de diversos trechos da estradas que liga o Município de Mamborê ao Município de Campina da Lagoa.

As preocupações com relação ao péssimo estado que se encontra aquela estrada tem sido muitas, particularmente por parte dos que dela precisam para se locomoverem. Os trechos que apresentam problemas, e são muitos, por muitas vezes nem permitem que veículos automotores, possam transitar.

Neste sentido, o Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Prefeito Municipal de Mamborê, está a reivindicar desta Pasta a imediata adoção de medidas visando a recuperação da estrada Mamborê- Campina da Lagoa, determinando o imediato cascalhamento dos trechos mais críticos.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido de que sejam feitos estudos visando a implantação de um programa de fluoretação na Municipalidade de Iretama.

De acordo com o Censo, realizado em 1980, o município de Iretama conta com uma população de vinte e dois mil moradores. Destes, quatro mil residem na cidade e o restante, pouco mais de dezessete mil e oitocentos, moram na zona rural. Tal contingente populacional tem sido responsável pelo processo de desenvolvimento daquela região, cuja sustentação sócio-econômica é a agricultura e a pecuária.

O progresso de Iretama necessita ser estimulado. E isto, fora de qualquer dúvida, se dá, principal e fundamentalmente, através de condições pré-estabelecidas que garantam o bem-estar social de sua gente.

Neste sentido, com respeito ao setor da saúde, há a real necessidade de se implantar uma melhor política, especialmente no que se refere à questão de se prevenir ou mesmo evitar problemas de saúde.

A implantação de um programa de fluoretação a ser distribuída pela rede de água da cidade terá um importante papel. Primeiro porque permitirá oferecer, com a

Curitiba, terça, em 18.06.85

fluoretação, a prevenção nos dentes, possibilitando o não aparecimento de inúmeras cáries. Segundo por que tal programa atingirá um grande número de crianças em idade pré-escolar ou que já frequentam os bancos escolares.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se dessa Secretaria de Estado um pronunciamento favorável ao que ora é solicitado, cuja reivindicação vem de encontro às aspirações do povo de Iretama, notadamente por parte das autoridades da saúde.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Cordoni Júnior, MD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando soro antiofídico e vacina anti-rábica para os Postos de Saúde e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Mamborê, Mariluz, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa e Ubiratã.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Durante recentes reuniões realizadas nas referidas cidades, recebemos reivindicações neste sentido, por parte dos moradores e participantes das reuniões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, José Olímpio de Paula Xavier, solicitando esforços para solução do angustiante problema dos novecentos funcionários celetistas da FIDEPAR colocados à disposição dos órgãos do Estado e que nos dois últimos anos sofreram defasagem salarial de aproximadamente 60%.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, Doutor Hézio Cordeiro de Albuquerque, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Doutor Almir Pazzianotto Pinto e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, no sentido de serem tomadas as medidas legais para que os empregados rurais tenham os mesmos direitos e deveres conferidos ao trabalhador urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho, e, conseqüentemente, liberando os produtores rurais dos encargos junto ao FUNRURAL.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente ao Senhor Doutor Wilson Carlos Kuhn, Presidente do Núcleo dos Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná, Rua Paraná, 3865, Caixa Postal, 143-Cascavel.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, vem de encontro às aspirações tanto de empregados como de patrões da área rural, tendo em vista que a legislação vigente marginaliza o trabalhador rural, negando-lhe os direitos básicos de sobrevivência, e, por outro lado, cria um oneroso encargo aos empregadores rurais.

A proposta significa uma fórmula de fixação do trabalhador rural no campo e um tratamento equânime que lhe assegure um amparo previdenciário capaz de servir de suporte e alívio à difícil vida suportada pelos bravos trabalhadores rurais brasileiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor presidente do Banco do Brasil, Doutor Miguel Salomão e ao Presidente do Instituto de Previdência Social, Doutor Hézio Cordeiro de Albuquerque, solicitando a abertura de uma agência do Banco do Brasil e mais uma agência do FUNRURAL, na Cidade de Três Barras do Paraná, neste Estado.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente ao Senhor Doutor Wilson Carlos Kuhn, Presidente do Núcleo dos Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná, Rua Paraná, 3865, Caixa Postal 143-Cascavel.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

9a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo antigo anseio dos habitantes do Município de Três Barras do Paraná, vimos pelo presente solicitar das competentes autoridades federais providências no sentido de serem criadas uma agência do Banco do Brasil e mais uma agência do FUNRURAL, naquele Município do Oeste Paranaense, cuja pujança econômica baseada numa das mais produtivas áreas agrícolas do nosso Estado, justificam plenamente o atendimento de nossa pretensão.

É um município jovem que responde por significativa parcela da produção de grãos da região oeste do Paraná, por tratar-se de uma comunidade responsável, dinâmica e vocacionada para a agricultura.

Como resposta a imensa contribuição que Três Barras do Paraná dá à agropecuária paranaense e brasileira, o Governo deve examinar com urgência a instalação de uma agência do Banco do Brasil e do FUNRURAL, nesta próspera unidade municipalista que responderá aos benefícios recebidos com maior desenvolvimento e progresso que a todos interessa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário da Administração, José Olímpio de Paula Xavier, solicitando a construção de um muro no terreno que está localizado o prédio da Delegacia de Polícia do Distrito de Tamarana, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Conglomerado Banestado, Doutor José Carlos Campos Hidalgo, através da Secretaria de Finanças, solicitando a instalação de uma agência daquele Banco na Rua Maringá, em Londrina, e postos avançados nos seguintes bairros daquela cidade: Jardim

Bandeirantes, Jardim Santa Rita, Vila Casone e bairro Cinco Conjuntos.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma agência na Rua Maringá, localizada próxima ao 4.º Núcleo Regional de Ensino, atenderá uma região da cidade das mais populosas. Os postos

avanzados também beneficiarão milhares de pessoas, evitando deslocamentos constantes dos bairros até o centro da cidade para simples pagamento de prestação da casa própria, água, luz, mensalidades etc.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Presidente da FUNDEPAR, Ana Maria Muratori, através da Secretaria de Educação, solicitando a construção de dez salas de aula, nos Conjuntos Cafezal I e II, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se digne Vossa Excelência enviar expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S.A., Doutor SEBASTIÃO RODRIGUES, pedindo a criação de uma agência do Banco do Brasil S.A., para a cidade e município de Missal-Pr.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Missal, recém instalado, é uma das mais prósperas comunas do Extremo Oeste Paranaense, identificada pela sua pujança rural, onde sobressai um dos mais bem planejados centros de produção rural do Paraná, o qual oferece à economia do Estado e do Brasil, o mais alto índice por produtor, de riqueza agrícola.

2. Tanto é que foi ali que iniciou-se a COTREFAL- hoje, uma das maiores cooperativas do Brasil. E não obstante isso, a cidade conta apenas com um posto de atendimento do Banco do Brasil, o qual já não comporta mais o desenvolvimento do Município e nem pode atender, nessas condições, as suas necessidades de desenvolvimento à mercê das negociações bancárias na área do Banco do Brasil.

3. Por isso, uma Agência do Banco do Brasil S.A., naquela cidade, é tarefa que se impõe ao Governo da República, como prioritária, e perfeitamente dentro das possibilidades de realização imediata por parte da Instituição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, infra firmado, no uso de suas atribuições

regimentais, Requer de Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S.A., doutor Sebastião Rodrigues, pedindo-lhe que gestione junto aos órgãos próprios do Banco do Brasil S.A., a construção imediata do prédio próprio da Agência do Banco do Brasil S.A., em Céu Azul-Pr., para cuja obra, a Municipalidade já fez doação de terreno.

Sala das Sessões, em 18.06.85.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

1. Atendendo às necessidades de adequação do espaço físico da Agência do Banco do Brasil S.A., da cidade de Céu Azul-Pr., o Município fez doação de um lote urbano ao Banco, para a construção de prédio próprio, que satisfaça tanto as necessidades do próprio Banco, quanto do volume de movimento que ele atende. Pois, além de ser uma das maiores comunidades de produção rural do Estado, é aquele Município, centro industrial e cooperativista muito importante a expressar-se na economia brasileira.

2. Mas, não obstante tudo isso, a Agência do Banco do Brasil, ali, não contava ainda com prédio próprio. E, tal obra traz vantagens mútuas tanto para o Banco, quanto para o Município, razão pela qual, este já entrou com a sua parte, que é a doação do terreno, não sendo agora, pois, justo, que o Banco retarde a sua parte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, doutor Hélio Cordeiro de Albuquerque e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, doutor Francisco Valdir Pires de Souza, solicitando providências no sentido de ser alterada a forma do pagamento do percentual referente a cota devida ao FUNRURAL, fazendo que o mesmo incida sobre o valor líquido das operações realizadas pelos produtores rurais, e não pelo valor bruto como atualmente é cobrado.

Requer ainda, seja encaminhada cópia deste expediente ao senhor doutor Wilson Carlos Kuhn, Presidente do Núcleo dos Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná, Rua Paraná, 3865, Caixa Postal 143 - Cascavel.

Sala das Sessões, em 18.06.85.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação vem ao encontro dos

anseios dos produtores rurais do Oeste Paranaense, representada pelo Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná, que além de arcarem com os duros encargos originados pelos insumos na produção agrícola, ainda estão sujeitos ao pagamento do percentual referente ao FUNRURAL incidente sobre o valor bruto de suas operações, tornando aflitiva e demasiadamente onerosa a sua atividade.

O Governo da Nova República precisa urgentemente socorrer a sofrida classe de produtores rurais que não suporta mais o tratamento indiferente e, muitas vezes irresponsável a ela dispensado há longos anos.

Além de preços injustos pelos seus produtos, o agricultor paga taxas que incidem sobre dinheiro que ele não recebe. É o que ocorre com os 2,5% do FUNRURAL cobrado sobre o valor bruto, já tão defasado, dos produtos agrícolas quando o correto seria sua cobrança sobre o valor líquido proposto pelos sindicatos rurais. Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 115/85.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE SANTA FELICIDADE", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.85.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos tornar de utilidade pública, vem prestando serviços inegáveis no campo social, educacional, de saúde e outros, tendo demonstrado em todo período de funcionamento, cumprir as suas finalidades precípuas.

Na documentação que consubstancia este plano de lei, verifica-se o atendimento ao que preceitua a Lei n.º 6994/78, que disciplina a matéria.

Diante do exposto, aguardamos a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para o proposto.

PROJETO DE LEI N.º 116/85.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Pien, comarca de Rio Negro, área de terra com 2.000m², de propriedade do Estado, havida por doação gratuita de Manoel Alves Procópio e sua mulher, conforme Registro

Geral de Imóveis n. 1864, fls. 130 e 131, Livro 3-A da comarca de Rio Negro.

Parágrafo Único - O presente imóvel deverá ser destinado para a construção da sede da Prefeitura Municipal do referido Município e ficará gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, que deverão constar no texto da escritura de doação.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.85.

(a) ERVIN BONKOSKI.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezzi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Uma pesquisa realizada no ano passado, pelo Instituto GALLUP, nos principais centros urbanos do País, posteriormente divulgada pela Revista "Veja", revelava que dentre várias profissões e cargos pesquisados, os que obtiveram o pior índice na confiança popular foram Deputados e Senadores.

Tal resultado, deixando de lado possíveis problemas de metodologia e ao comparar profissões e instituições necessariamente desiguais, não deixa de ser sintomático do pouco crédito que a opinião pública dá ao Poder Legislativo.

Efetivamente, razões históricas melhor poderiam explicar esta deficiência; ao longo dos últimos anos, o Poder Legislativo vinha perdendo para o Executivo sua autonomia, tornando-se praticamente um apêndice deste. Durante este período assistimos ao Poder Executivo legislando pelo artifício do "Decurso de Prazo" e ao Poder Legislativo, paulatinamente, perder a sua competência intrínseca de fiscalizar os atos desenvolvidos pelo Executivo.

Além disto, muitos dos integrantes do Poder Legislativo, a invés de se dedicarem a uma luta acirrada visando a retomada das suas prerrogativas, deixaram de lado seus afazeres políticos e começaram a dedicar-se à atividades paralelas, envolvendo-se em escândalos econômicos e sociais, e passando a figurar mais em colunas policiais que nas páginas políticas.

Após as eleições de 1982, em muitos dos Estados da Federação, e mesmo a nível federal, surgiram diversas reações contra a impassividade do Poder Legislativo, face ao caos de corrupção que grassava em todo o País. Foi assim que surgiram Comissões Parlamentares de Inquérito destinadas a apurar as diversas irregularidades

cometidas durante os Governos anteriores, ou mesmo nos Governos atuais.

Além disso, a longa batalha pelas prerrogativas parlamentares recomeçou mais acesa do que nunca, na tentativa de devolver ao Poder Legislativo todas as parcelas de poder que compõem a sua competência.

A imagem de um Congresso renovado estava surgindo junto à opinião pública. Aquela imagem anterior de que o integrante do Poder Legislativo não estaria mais interessado pelo fato político, e sim pelo pitoresco, pelas mordomias e por atividades alheias ao mandato popular, estava desaparecendo. Um Congresso em que seus componentes estariam, finalmente, trabalhando empenhados no bem comum, visando à superação das atribulações que diariamente assaltam o cidadão brasileiro.

Porém, uma nuvem negra vem mais uma vez toldar o sol da Nova República. Oito Deputados chamados a votar na sessão de quinta-feira passada, no Congresso Nacional, quando estava na Ordem do Dia a regulamentação das eleições para Prefeitos, em dois turnos, e da propaganda eleitoral gratuita nas rádios e TVs, teriam, conforme atestam as fotos publicadas pelo "Jornal do Brasil", votado duas vezes, fraudando, deste modo, o resultado da eleição.

Trata-se de uma denúncia gravíssima, que merece a devida apuração. O Poder Legislativo, um dos pilares em que assenta a república democrática, não pode ficar sujeito às más intenções e conduta de determinadas pessoas que o compõem; imediatamente o que ocorre no seio da opinião pública é de que este Poder é um antro de desonestidade e de negociatas, passando todos os Parlamentares a arcar com esta pecha.

Tendo em vista que na fraude perpetrada no Congresso Nacional, na semana passada, figuraram pelo menos quatro Deputados do PMDB, solicito publicamente uma tomada de posição oficial por parte do Diretório Regional do nosso Partido, a ser encaminhada ao doutor ULYSSES GUIMARÃES, após o resultado do inquérito aberto para apurar a veracidade da denúncia. Como duvido que não tenha havido fraude, face à evidência das provas fotográficas, solicito desde já que a punição seja exemplar, coibindo-se, deste modo, novas práticas fraudulentas que tanto denigrem a imagem do Poder do qual faço parte. Que o escamoteamento de votos, os casuísmos e outras armas dos inimigos da democracia façam parte, definitivamente, do passado, da Velha República.

T E L E X

Exm.º Sr.
ALVARO DIAS
DD.SENADOR DA REPUBLICA
BRASILIA/DF.

Senhor Senador:

TEM O PRESENTE A FINALIDADE DE SOLICITAR A VOSSA EXCELENCIA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DO DIRETORIO REGIONAL DO PMDB NO PARANA, QUE APOS APURADAS AS DENUNCIAS DE FRAUDE NO CONGRESSO NACIONAL, NA VOTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA AS CAPITALS, CASO PROVADAS AS IRREGULARIDADES, OS PARLAMENTARES DO PMDB ENVOLVIDOS NO CASO VENHAM A SER EXEMPLARMENTE PUNIDOS. ESTA NOSSA POSIÇÃO DEVE-SE AO FATO DE PROPUGNARMOS PELA LIMPIDEZ NAS ATUAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO, E NA QUALIDADE DE INTEGRANTE DESSE MESMO PODER, NÃO PACTUARMOS COM ATITUDES MAIS DESONESTAS, QUE DENIGREM A JA DESACREDITADA IMAGEM DO NOSSO PODER FRENTE A OPINIAO PUBLICA.

SENDO SO O QUE TINHA PARA ESTA OCASIAO, APROVEITO O ENSEJO PARA REITERAR PROTESTOS DE ESTIMA E CONSIDERAÇÃO.

Senhor Presidente: encerro este pronunciamento solicitando a Vossa Excelência a transcrição do Telex enviado ao Senado Federal.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Deputado Leônidas Chaves, inscrito no Grande Expediente.

Ausente. Consulto as Lideranças Partidárias se desejam fazer uso do seu horário. Inicialmente, a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Havendo declinado, consulto a Liderança da Frente Liberal, se deseja fazer uso.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT, se deseja utilizar-se do seu horário.

Havendo declinado, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 32/85, (Mensagem n.º 32/85 - ex-Proposição n.º 37/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, de 16.08.84, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado.

Redação Final do
Projeto de Resolução n.º 32/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Nova Londrina n.º 183/84, Ourizona n.º 188/84, Paçandu n.º 189/84, Palotina n.º 193/84, Porecatu n.º 214/84, Primeiro de Maio n.º 220/84, Rancho Alegre n.º 228/84, Quatiguá n.º 222/84, Salgado Filho n.º 243/84, Salto do Lontra n.º 245/84, Santa Cruz do Monte Castelo n.º 249/84, Santo Antônio do Caiuá n.º 258/84, São Pedro do Ivaí n.º 275/84, Tamboara n.º 285/84, Tapira n.º 287/84, Três Barras do Paraná n.º 297/84, Uniflor n.º 304/84, Vera Cruz do Oeste n.º 306/84 e Wenceslau Braz n.º 309/84, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.06.85.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 33/85, (Mensagem n.º 33/85 - ex-Proposição n.º 38/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16.08.84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que

específica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado.

Redação Final do
Projeto de Resolução n.º 33/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados: Abatiã, n.º 001/84; Curitiba, n.º 075/84; Dois Vizinhos, n.º 077/84; Iretama, n.º 116/84; Itaguajê, n.º 117/84; Jaboti, n.º 125/84; Japira, n.º 131/84; Loanda, n.º 145/84; Nova América da Colina, n.º 178/84; Nova Olímpia, n.º 184/84; Paranacity, n.º 195/84; Santa Terezinha do Itaipu, n.º 256/84; Sertaneja, n.º 282/84 e Verê, n.º 307/84, objetivando a adoção e ação conjunta para a execução e obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.06.85
(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 34/85, (Mensagem n.º 34/85 - ex-Proposição n.º 39/85), que aprova Termos de Convênios de re-Ratificação de 31.10.84, aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com interveniência da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. Aprovado.

Redação Final do
Projeto de Resolução n.º 34/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os termos de Re-Ratificação datados de 31 de outubro de 1984 aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os Municípios adiante mencionados: Almirante Tamandaré, n.º 18/84; Colombo, n.º 23/84; Curitiba, n.º 24/84; Piraquara, n.º 25/84 e Rio Branco do Sul, n.º 27/84, datados de 02.05.84, e Araucária, n.º 19/84; Campina Grande do Sul, n.º 21/84; Campo Largo, n.º 22/84 e São José dos Pinhais, n.º 28/84, datados de 26.04.84, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de

Curitiba, terça, em 18.06.85

Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos".

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.06.85.
(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 35/85, (Mensagem n.º 36/85 - ex-Proposição n.º 41/85), que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16.08.84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado.

Redação Final do
Projeto de Resolução n.º 35/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 16 de agosto de 1984, através a Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Bandeirantes, n.º 25/84; Barra do Jacaré, n.º 28/84; Cruzeiro do Sul, n.º 73/84; Diamante do Norte, n.º 76/84; Inajá, n.º 111/84; Indianópolis, n.º 112/84; Laranjeiras do Sul, n.º 143/84; Mirador, n.º 170/84; Pérola do Oeste, n.º 204/84; Santa Inês, n.º 252/84; Santa Mariana, n.º 255/84 e Tomazina, n.º 296/84, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.06.85.
(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Externa, composta por três Senhores Deputados, para representar esta casa nos festejos alusivos ao 30.º aniversário do município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Em função da aprovação do presente requerimento, a Mesa solicita ao nobre autor que faça a indicação a esta

Presidência dos Membros da Comissão, bem como avise o Plenário de que os recursos para a locomoção dos Senhores Deputados se encontram esgotados.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Augusta Pavan, ocorrido no dia 17 de junho do corrente ano, no município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aldo Siena, ocorrido no dia 14 de junho do corrente ano, no município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A., visando a construção do prédio próprio da agência do mesmo no município de Céu Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 3.^o aniversário de fundação do Jornal do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a doação de soro antiofídico e vacina anti-rábica para os Postos de Saúde e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Mamborê, Mariluz, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa e Ubiratã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A., visando a criação de uma agência do mesmo no município de Missal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, objetivando a instalação de um programa de fluoretação no Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor

Deputado Rubens Bueno, constata do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, visando a implantação de uma rede de telefonia rural na localidade de Bradópolis, município de Janiópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o cascalhamento, bem como a recuperação de diversos trechos da estrada que liga os municípios de Mamborê e Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de dois abrigos para passageiros no município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, objetivando a instalação de telêfones nos Postos da Polícia Rodoviária ao longo das rodovias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária do Paraná pela sua promoção a coronel da Polícia Militar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de dez salas de aula nos conjuntos Cafezal I e II, no município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria de Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo, na Rua Maringá, no município de Londrina, bem como postos avançados nos Bairros Jardim Bandeirantes, Jardim Santa Rita, Vila Casone e Cinco Conjuntos, todos no mesmo Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Senhor Secretário da Administração, visando a construção de um muro no terreno onde está localizado o prédio da Delegacia de Polícia do Distrito de Tamarana, no município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Vecchi, ocorrido no dia 14 de junho do corrente ano, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do INPS e Ministro da Previdência Social, encarecendo providências no sentido da alteração da forma do pagamento do percentual referente a cota devida ao FUNRURAL, fazendo que o mesmo incida sobre o valor líquido das operações realizadas pelos produtores rurais, e não pelo valor bruto como atualmente é cobrado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do Banco do Brasil e do Instituto de Previdência Social, visando providências na abertura de uma agência do referido Banco e mais agência do FUNRURAL, no município de Três Barras do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do INPS e Ministro do Trabalho, bem como ao Senhor Presidente da República, visando o atendimento aos trabalhadores rurais os benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Ministros do Trabalho e da Justiça, objetivando a criação e instalação de dezenove Juntas de Conciliação para a Justiça do Trabalho no Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de ofícios aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo esforços para a solução do problema dos novecentos funcionários celetistas da Fidepar colocados à disposição dos órgãos do Estado e que nos dois últimos anos sofreram defasagem salarial de aproximadamente 60%. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS:

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves, inscrito.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

Alastra-se por todo o País o clima de inquietação, gerado pelo 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária cujo anúncio de aplicação foi enfatizado pelo Presidente José Sarney, dando início a um grande processo de invasões de terras em todo o território nacional e no qual os invasores dizem que não se trata de invasão, mas de “mera ocupação”, eufemismo utilizado para esconder os propósitos sombrios daqueles que, muito bem orientados por agentes políticos que não se identificam, vão se apossando da propriedade alheia. Esse problema está assumindo proporções alarmantes, conforme se pode constatar pelas denúncias de invasões de terras no Paraná e Santa Catarina, divulgadas pelos conceituados veículos de comunicação social que são a “Gazeta do Povo” e TV-Paranaense, Canal 12. Basta mencionar, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que, conforme explicaram os proprietários de terras do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, no programa “Bom Dia Paraná”, de 13 do corrente, as invasões de propriedades nessas regiões são tentativas de criar focos de tensão, de forma artificial, a fim de caracterizar prioridade para a prometida reforma agrária da Nova República. E os invasores, conforme a denúncia veiculada pela “Gazeta do Povo” foram organizados, dentre outros organismos, pela CUT, sindicatos rurais e Pastoral da Terra e estavam de tal forma organizados que tinham até comitês de recepção, de segurança, de alimentação, de primeiros socorros que incluía até uma enfermeira paga pela Secretaria da Agricultura de Santa Catarina. E foram invadidas propriedades em franca produção ou com reservas florestais que abastecem as serrarias, fábrica de pasta mecânica e indústrias de mate daquela região.

E como advertência àqueles que estão apoiando esses invasores, cabe lembrar as palavras do agrônomo Rodolfo Botelho, cuja propriedade com pastos e roças, foi invadida: “Hoje os “sem-terra” invadem propriedades, tentando repartir a propriedade privada pela força; amanhã será a vez dos “sem-automóveis”, dos “sem-televisão”, dos “sem-casa”, invadirão nossos apartamentos e dividirão tudo”. E se o Governo não adotar medidas imediatas, isso começará a ocorrer, pois, os novos governantes estão esquecidos das palavras do Doutor máximo da Igreja, que foi São Tomás de Aquino, que dizia que “é de lei natural que os pais acumulem bens para os filhos, e que estes sejam herdeiros de seus pais”. E o Papa Leão XIII, em uma das suas encíclicas advertia que os comunistas e nialistas “combatem o direito de propriedade, sancionado pela lei natural; e, por um atentado monstruoso, enquanto afetam tomar interesse pelas necessidades de todos os homens, e pretendem satisfazer todos os seus desejos, trabalham por arrebatá-lo e por em comum tudo o que tem sido adquirido ou por título de legítima herança, ou pelo trabalho de espírito e das mãos, ou pela economia”.

Aos incendiários dos nossos campos que estão a proclamar que “é preciso dividir as fazendas já”,

e que estão a invadir as propriedades rurais como justificativa para dar encaminhamento imediato a ações que viabilizem a reforma agrária no Paraná, é preciso recordar-lhes que "entre todos os bens que podem ser objeto de propriedade privada nenhum é mais conforme à natureza, segundo o ensinamento da "Rerum Novarum", do que a terra, a gleba, em que a família habita, e de cujos frutos tira inteiramente, ou ao menos em parte, o necessário para viver. E é de acordo com o espírito da "Rerum Novarum" afirmar que, via de regra, só a estabilidade que se radica na própria gleba faz da família a célula vital mais perfeita e fecunda da sociedade reunindo admiravelmente com sua progressiva coesão as gerações presentes e futuras".

Em 1982, os demagogos eleitorais instigaram os trabalhadores rurais com mudanças no campo. e, com isso, obtiveram os seus votos. Hoje, arrependidos desse seu procedimento, dizem que irão a Brasília pedir ao Presidente José Sarney que adie por algum tempo essa reforma agrária da Nova República. Que adie essa questão quanto os fazendeiros presenciam a invasão de suas terras.

Importando a reforma agrária numa transferência forçada de imóveis, de seus legítimos proprietários para terceiros, feita sem motivos justo — sem indenização, mediante indenização insuficiente, ou mesmo com indenização suficiente — constituirá uma clara violação do 7º mandamento da lei de Deus.

Com efeito, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, os moralistas católicos unanimemente qualificam de roubo essa ação.

O direito de propriedade é sagrado. A propriedade privada é uma instituição essencial ao bem comum. Sem provas claras, positivas, certas, não se pode inviolar esse direito, nem interferir nessa instituição.

"Reforma Agrária — já é uma iniciativa alarmante que vai incendiar este País, e à qual devemos dizer um sonoro "BASTA"!"

A fragmentação obrigatória do imóveis rurais, além de ser prejudicial ao desenvolvimento econômico da Nação, é ainda desnecessária para o aumento do número das pequenas propriedades, pois em virtude do regime de heranças em vigor, os estabelecimentos agrários nacionais já estão submetidos a um processo de pulverização que em algumas regiões, parece ter ultrapassado até os limites do conveniente.

Além do mais, pelo que se conhece dos resultados da redistribuição das grandes propriedades em outros países, os seus efeitos sobre o volume da produção têm sido desastrosos. Mas, onde o número de fazendas caiu, e o tamanho delas, aumentou, chegando até a triplicar, os resultados são extraordinários.

É isso o que ocorre nos Estados Unidos, onde segundo estimativas, calcula-se que até o final deste século, naquele país, bastarão quatro milhões de trabalhadores no campo para alimentar toda a sua população na proporção de um para cada setenta habitantes. E como isso está sendo conseguido?

Está sendo conseguido com a chamada "propriedade familiar" dando lugar a extensas fazendas, cada vez mais eficientes. O Departamento da Agricultura norte-americano informou que, nos últimos sessenta anos, a produtividade da terra mais do que dobrou e a produtividade do trabalho aumentou de forma significativa: 1.314%. Já em 1984, por exemplo, um trabalhador rural era capaz de produzir alimentos e fibras para setenta e nove pessoas, vinte a mais do que há dez anos. Isso tudo no País em que um por cento dos proprietários detém 30% da área destinada à agropecuária. Em 1950, a fazenda média norte-americana tinha aproximadamente oitenta e cinco hectares; hoje, tem cento e setenta e dois hectares.

O grosso da produção concentra-se nas fazendas maiores. Apenas duzentos e oitenta e quatro mil dessas fazendas (12% do total), com vendas superiores a cem mil dólares por ano, responderam por 66,8 % da produção agrícola de 1983.

Aí temos o exemplo do que pode fazer as revoluções científica e tecnológica, a política do Governo e as forças do mercado para transformar consideravelmente a estrutura agrária de um País. Ao invés de uma expedição punitiva aos que trabalham o campo brasileiro, como está a querer a Nova República, devemos isto sim, é impor uma tributação progressiva sobre terras ociosas; estimular a colonização particular — vejamos do que isso é capaz, pois temos aqui no Paraná um dos melhores exemplos em todo o mundo, a colonização do norte do Estado. Quantos Deputados desta Casa conhecem a colonização do norte do Estado do Paraná? Como ela foi feita? Por quem ela foi feita? O que representa hoje para a Nação Brasileira? Estimular também, a colonização oficial; instituir um sistema nacional de crédito fundiário, com financiamento de longo prazo para remembramento do minifúndio em áreas de grande subdivisão de terras; e assentamento de famílias capacitadas à produção rural nas terras públicas disponíveis e nos cerca de doze milhões de hectares arrecadados ou desapropriados pelo INCRA, nos últimos anos.

Ao se pretender implementar medidas relacionadas com a propriedade agropastoril, é necessário ter presente que projetos nesse sentido precisam estar condicionados à necessidade de que questões essenciais sejam definidas com maior clareza e precisão, para que a Reforma Agrária atinja seus objetivos sem traumas sociais e econômicos, sendo ela transformada "numa obra duradoura", sem que o sonho de fazer a terra produzir possa ser transformado a curtíssimo prazo em um novo instituto de conflitos envolvendo posseiros, fazendeiros, políticos e religiosos, transformando esse País numa autêntica NICARÁGUA.

Ao INCRA e ao Ministro da Reforma Agrária cabe reexaminar ou reelaborar o atual projeto, a fim de buscar soluções mais adequadas ao setor, visto que o atual projeto foi elaborado por técnicos sem a menor familiaridade com as questões da terra, tornando-se um documento de Gabinete, vindo de cima para baixo, e que a nosso ver se distancia muito da realidade agrária do momento. Tornou-se não só uma "usurpação do direito de propriedade" como também, um instrumento altamente capaz de gerar violência em todo o interior do Brasil.

Diante disso é imperativo que se faça a advertência de que o Governo está em via de cometer um crime, talvez, sem reparos por muitas gerações, se adotar a reforma agrária nos moldes em que pretende, sem antes ampliar e assistir, "ESTRUTURA" de quem já está produzindo neste País.

Desejo acentuar neste meu pronunciamento algumas medidas em torno de tão momentosa questão. Preliminarmente, considero que necessária se faz, primeiro, recadastrar a estrutura fundiária do País isto é, fazer um recadastramento das propriedades agrícolas e pastoris e de sua verdadeira produção e produtividade, para se ter em mãos dados atuais e concretos para depois se estabelecer formas e condições para a aplicação da Reforma Agrária, considerando que o último recadastramento foi feito em 1978 e de lá até hoje o Brasil teve um crescimento de mais de 30% na produção de grãos.

É preciso atentarmos para o fato de que o setor agrícola, que representa hoje, 12% da Produção Nacional Bruta e 50% das exportações, está temeroso e desestimulado para continuar produzindo.

A idéia do Governo de levar a termo imediatamente

o Programa Nacional de Reforma Agrária, provocou conflito de opiniões no meio rural brasileiro e até mesmo declarações bem nítidas de homens afinizados com o problema como foi o caso do ex-Ministro da Justiça do Governo Geisel, Sr. Armando Falcão, que chegou a dizer que o Governo estava hoje querendo transformar o País numa grande "Indústria de conflitos", dizendo: primeiro invade-se; a propriedade alheia, cria-se aparentemente um foco de tensão social, para depois chegar o INCRA procedendo indenizações com títulos de dívida agrária, chegando mesmo a defender a intervenção de Forças Armadas, no Processo Político, se houver desordem na execução da Reforma Agrária.

O êxodo rural, a nosso ver, poderá ser evitado se o Governo rever "sistema de política agrária", para que o setor deixe de viver em crise permanente dando ao homem do campo mais amparo, tais como escolas, comunicação, assistência técnica e garantia de produção e produtividade, isso é, viabilizando a produção rural já existente.

É ponderável o argumento de que o problema fundiário, independe, da pura e simples divisão da propriedade, porque, somente esta não levará a nada se não for acompanhada de orientação, produção e capacidade para mover a terra.

A Política agrícola do Governo poderá ter como seu principal capítulo a Reforma Agrária sem que este traga em seu conteúdo o espírito estatizante e confiscatório com relação ao setor primário.

Entendo que, por sua natureza complexa, a questão agrária deva, no momento, sofrer a intervenção do Governo apenas como moderador, deixando o debate da matéria livre para que seja exaustivamente discutida e examinada pelos interessados, isto é, proprietários rurais e beneficiários, através de seus órgãos representativos, para que estes, num clima de racionalidade e sem radicalismo, possam encontrar a solução ideal, devendo ser excluído do processo toda e qualquer entidade alheia ou sem vínculos com matéria agropecuária, começando pela substituição do BANQUEIRO Nelson Ribeiro, que não dispõe de condições e conhecimento do assunto, pois o Brasil é um País capitalista de economia privada e o projeto apresentado pelo mesmo defende o coletivismo.

No Paraná, vemos hoje, os "sem-terras" solicitando ao Governo de José Richa, que lhes financie terras para pagamento com produção. Fica aqui a nossa pergunta: Isso é possível? Num País onde a produção agropecuária ainda é baixíssima, as dificuldades intensas, os juros penalizantes?

Melhor seria aproveitarmos o cerrado deste País, fazendo reforma nos moldes de exploração agrícola como fizeram os Estados Unidos, mudando nossa produção agrícola de cinquenta e cinco milhões de toneladas/ano para mais de cem milhões de toneladas, aumentando assim a produção das áreas de cerrado, da agricultura do Brasil e da situação econômica e financeira deste País.

PAZ E TERRA é o lema do Governo que deverá vir à televisão e emissoras de rádio nos próximos dias para esclarecer a população sobre os objetivos do Programa Nacional de Reforma Agrária, proposto pelo MIRAD, é claro, num sentido de que admite corrigir a maneira desastrosa como foi colocado o problema gerando pânico e intranquilidade, seguido de invasões e conflitos. Isto é mais um cochilo da Nova República e dos homens que a dirigem. Se é verdade que o futuro do País, repousa na agricultura, não é menos verdade que o futuro da agricultura repousa nas mãos de dirigentes capazes e de empresários rurais competentes. A agricultura, não só no

Brasil mas no mundo, só é viável se for vista como empreendimento da produção. Queremos aqui reconhecer que o Paraná é um autêntico exemplo de reforma agrária, orientado pelo poder privado. A colonização do Norte do Paraná, Londrina, Maringá, Apucarana e outras cidades que sofreram sob os auspícios da reforma agrária feita pelos ingleses da década de trinta. O Paraná tem sido mostrado como o Estado modelo de reforma agrária neste País sempre feito pela iniciativa privada e na reforma de colonização.

Queremos lembrar que no GOVERNO MÉDICI — houve a tentativa da fixação do homem à terra à margem da Transamazonica, mediante a distribuição gratuita de terra aos flagelados nordestinos, e este projeto fracassou. seu objetivo foi malogrado, pois faltaram-lhe a indispensável infra-estrutura.

Lembramos, que também que na década de quarenta, um suíço idealista residente no Brasil, de nome Max Wirth, decidiu promover a chamada reforma agrária, em seu próprio latifúndio localizado no noroeste de São Paulo, estabelecendo toda a infra-estrutura básica para fixação do homem à terra, saúde, escola, financiamento próprio, residências adequadas, orientação técnica, áreas devidamente demarcadas e das 40 famílias que foram assentadas, dez anos após, somente, 4 famílias permaneciam sobre seus lotes, as demais haviam abandonado a terra e imigrado para a grande metrópole.

Aí está um exemplo que bem retrata essa questão tão controversa.

O debate sobre reforma agrária precisa ser substancialmente ampliado porque um projeto que se pretende aplicar em quinze anos, não pode ser discutido em apenas 30 dias. Cabe, inclusive, à Assembléia Legislativa do Paraná participar mais ativamente desse debate, cabendo-me sugerir que um dos próximos fóruns patrocinados pelo Legislativo Paranaense seja sobre essa tão momentosa questão, reunindo-se neste Plenário, inicialmente, representantes dos Estados sulinos que enfrentam problemas no setor agropastoril, para, numa segunda etapa, ampliarmos o universo dos debates e das discussões, porque assuntos como reativação e regularização de projetos de assentamento, hoje, inacabados, assentamento de colonos em terras de domínio público, desapropriação de terras hoje em poder da Igreja — pelo que se sabe é a maior latifundiária do País —, localização de áreas prioritárias bem como a exploração racional dos cerrados, são temas centrais das preocupações brasileiras nos dias correntes e constituem desafio a todos aqueles que estudam as estruturas fundiárias do País.

Produzir, industrializar e comercializar as safras, devem ser preocupação fundamental do Governo.

Combater a miséria, a fome, promover a educação, a saúde e o bem-estar social é dever e preocupação de todos nós, porém, este caminho deverá ser perseguido pelo Governo da Nova República com competência e sem demagogia política porque ao contrário, poderá correr o risco de criar no homem do campo expectativas incumpríveis e com isto levar a Nação a um verdadeiro caos social.

Dar amparo ao proprietário e ao trabalhador rural, isto sim, é obra grandiosa de um Governo. O resto é trabalho dos empenhados em cavar um fosso profundo entre o Governo e o campo. O bom senso está a reclamar esta advertência: não ponham fogo no campo, porque, se assim fizerem, acabarão por incendiar este País.

Muito obrigado.

O Sr. Edgard Pimentel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência, Deputado Leônidas Chaves, ao ocupar a tribuna na tarde de hoje, traz ao debate, um assunto do máximo interesse, isto é, sobre Projeto de Lei que o Governo mandou ao Congresso, estabelecendo a Reforma Agrária do País.

Nós somos homens eminentemente do campo, Deputado Leônidas Chaves, e, especialmente nossa região, Oeste e Sudoeste do Paraná onde Vossa Excelência e este Deputado conseguiram suas eleições para o mandato que ora exercemos, nossa região que é eminentemente agrícola onde se estabeleceram um modelo de civilização sem precedentes na História do Paraná e do Brasil, a nossa região vive um instante assim de apreensão, de grande preocupação em cima do Projeto que o Governo estabeleceu sobre a Reforma Agrária.

Entendemos, Deputado Leônidas Chaves, que esse assunto requer um debate muito amplo.

Estamos ouvindo falar em reforma agrária, há mais de vinte anos, neste País, e não entendemos por que o Governo, por que o Ministro de Assuntos Fundiários neste País, e não entendemos por que o Governo, por que Ministros de Assuntos Fundiários neste País em menos de dois meses, ao assumir o Governo da Nova República, estabeleça assim como que de uma forma apressada, talvez populista, quem sabe eleitoreira, uma proposta dessa envergadura que deve ser consultado ou que deve consultar interesses maiores da Nação e que não podem ficar longe do debate os proprietários agrícolas, os sindicatos rurais, a Federação da Agricultura.

Recentemente, aqui na Federação da Agricultura, estivemos reunidos com os Presidentes dos Sindicatos Rurais de todo o Paraná e todos levavam ao Presidente, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, a apreensão, a preocupação diante desta matéria, como eu disse anteriormente, que requer muito cuidado na sua aplicação neste País. Do contrário, vejamos, a agricultura hoje está sendo inviabilizada porque ela não tem a sustentação de uma política agrícola reclamada por cooperativas por produtores rurais.

Ainda hoje, Deputado Leônidas Chaves, Vossa Excelência tem conhecimento que na nossa região, em Cascavel e Laranjeiras do Sul, os agricultores fecharam as estradas que dão acesso a nossa região, como protesto ao Governo da República, diante dos preços vis que são praticados e colocados assim para a comercialização dos produtos agrícolas do Paraná e do Brasil.

É o protesto do proprietário de terra, do homem que tem condições de viabilizar o seu negócio agrícola diante da insensatez, da incoerência dos Governos do nosso País.

Ora, se o agricultor, o proprietário de terra que já tem experiência, está encontrando dificuldade na condução do seu negócio agrícola, quem poderá garantir a fixação dos hoje sem terra? Sem experiência, sem crédito fácil, sem o estabelecimento de valores básicos de infra-estrutura, como é que nós poderemos viabilizar uma reforma agrária nessas condições?

Somos favoráveis a uma reforma agrária, sim. Sempre apregoamos isso, porque sempre fomos homens identificados com a agricultura há mais de vinte e três anos morando na região Oeste. Agora, o que nós não queremos é que além do problema da falta de crédito, de juros que inviabilizam o negócio agrícola, a falta de valores básicos de custeio, a falta de uma infra-estrutura, de uma política agrícola abrangente, o Governo venha estabelecer um mal maior, Deputado Leônidas Chaves, que é o mal do medo que hoje toma conta do meio rural. Vejo agricultores, proprietários rurais, inquietos, desmotivados a continuar a luta em favor do Brasil, plantando, produzindo. Porque a reforma agrária vem numa hora de uma forma, entendo eu, populista, eleitoreira e, acima de tudo, ela precisa sofrer profundas emendas se quiser ser viabilizada.

Acho que o homem que hoje esta sem terra tem o direito a um pedaço de terra, mas, nós não podemos pensar numa reforma agrária começada pela distribuição de terra. Nós precisamos sim, cadastrar e qualificar o homem, começar a reforma agrária pelo homem. Nessa eu acredito. Nós não podemos, isto sim, estabelecer uma reforma agrária que crie o medo e condições até de estabelecer uma ameaça ao direito de propriedade.

Parabenizo Vossa Excelência pelo assunto que traz na tarde de hoje à discussão nesta Assembléia.

Obrigado.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Muito obrigado, Senhor

Deputado Edgard Pimentel, e Vossa Excelência com este esclarecimento demonstra realmente que conhece a matéria. Concedo o aparte ao Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Senhor Deputado Leônidas Chaves, efetivamente é um assunto do momento no Brasil, muito controvertido, discutido, tem causado uma polêmica das maiores. Tenho a impressão que nos últimos vinte anos não houve um assunto que tivesse causado tanta controvérsia, tanta polêmica.

Em se tratando de reforma agrária, eu entendo que o Governo Sarney quis, como disse o Deputado Erondy Silvério, por aqodamento — expressão que ela usa comumente —, criar medida de impacto para popularizar-se, para chegar junto ao "povão", atendendo aos reclamos da classe mais favorecida dos "sem-terra", e precipitou-se, e tudo que é feito com precipitação é mal feito, Senhor Deputado Leônidas Chaves.

A preocupação do Governo Sarney em criar medida de impacto, criou um clima de terror neste País: terras produtivas sendo invadidas. Nós, do PDS, queremos dar terra aos homens sem-terra, não da maneira como está sendo dada, como se quer dar, criando, propiciando um ambiente de baderna, de anarquia, de esculhambação. E isto é perigoso num Brasil que tem por escopo, por objetivo atender aqueles que realmente necessitam de terras para trabalhar num Brasil sofrido, num Brasil onde setenta por cento de sua população necessita de um amparo do Governo Federal, mas, não é através de um projeto feito sem estrutura, sem estudos preliminares que se possa dar terras aos homens que nela pretendem arar e trabalhar.

Eu sei que é altamente preocupante, várias entidades declassem têm-se manifestado contrariamente. O próprio Governador José Richa foi à televisão e disse que quer uma prorrogação por mais sessenta dias porque ele vê no seu Estado, no Paraná, terras sendo invadidas sem a menor justa causa, é a preocupação daqueles que não têm terra dizendo: vamos invadir antes que outros façam essa invasão, vamos procurar marcar posição dentro de dois, três, cinco, dez, vinte alqueires para que nós não fiquemos sem terra.

Eu sei que nesta hora, Vossa Excelência é um estudioso sobre o assunto, e eu falo de cabeça erguida: não tenho um alqueire de terra, Senhor Deputado. Mas, sei da sua preocupação, Senhor Deputado, dos mais briosos, dos mais destacados da nossa Bancada, que quer fazer justiça, quer dar a mão aos sem-terra, mas, num plano que tenha escrúpulos, num plano que não fira o direito de propriedade daqueles que realmente cultivam as suas terras.

O Governo Federal precipitou-se e está colhendo os frutos da sua intempestividade. Então, Senhor Deputado Leônidas Chaves, cumprimento pela oportunidade do seu discurso que tenho em mãos, e acho de um grande conteúdo.

Parabenizo com Vossa Excelência, Senhor Deputado da minha Bancada, do PDS, Leônidas Chaves de Oliveira.

Muito obrigado.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Muito obrigado, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Caíto Quintana — Concede-me um aparte, Senhor Deputado?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Concedo o aparte ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Eu agradeço o aparte, Senhor Deputado.

O que preocupa-me são as vozes que se levantam violentamente contra o Projeto de Reforma Agrária como se este projeto tivesse a intenção de tirar terras de proprietários; como se este projeto tivesse a intenção de terminar com o direito de propriedade na Nação.

Quer me parecer, e li detidamente, o Projeto de Reforma Agrária, nobre Deputado, e ele, em instante algum, fala em exterminarmos nesta Nação com o direito de propriedade; em instante algum fala também, na partilha de terra; não dimensiona tamanho de propriedade. Fala, nobre Deputado, em terra improdutiva.

Até aí, nós queremos dizer que terra improdutiva neste País, seja a distribuição de grandes propriedades, não casa com a verdade. E ontem, numa entrevista pela televisão, o Presidente Sarney, exatamente define o que ele entende por área de conflito. Conflito, inclusive, pela titulação de terras.

Não é desconhecido para ninguém de nós, de que terras de enormes propriedades do nosso País, necessárias para a reserva futura da nossa Pátria tem sido destituída sistematicamente a grupos nacionais e estrangeiros que nunca pensaram sequer em fazer a terra produzir e a usam como patrimônio e exploração imobiliária.

Dentro deste particular, nobre Deputado, eu acho que o primeiro passo de uma reforma agrária, seria dar um basta, uma proibição imediata para que se continue a titular terras da União dentro desta Nação; que se reestude o problema fundiário; que se distribua terras para trabalhadores, com uma modificação no sistema agrícola nacional. Porque, se nós temos um risco em promovermos uma reforma agrária, temos um risco muito maior no clamor dos brasileiros que querem produzir sobre a terra e não têm condições de fazer.

O Projeto de Reforma Agrária, deve ser amplamente discutido. Ele deve ser enviado ao Congresso Nacional. É o primeiro passo para desencadear o processo. O resto fica por conta de atos isolados não amparados em lei, que por certo serão cuidados com o devido, pelo Governo.

Apenas para informar, nobre Deputado, que nós também entraremos com um pronunciamento que está pronto mostrando-lhe o quanto as terras nacionais estão concentradas nas mãos de poucos que não produzem nela, somente exploram em cima dela.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa consulta o nobre Deputado Sérgio Spada se deseja utilizar a sua inscrição em Explicações Pessoais, a Mesa lhe concede a palavra por quinze minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era a minha intenção ocupar neste momento a palavra, mas, no entanto, como não fui agraciado com o aparte pelo Deputado Leônidas Chaves, eu gostaria de, rapidamente, expressar, mesmo que sinteticamente, o meu posicionamento com relação a este tema, tão candente,

e que, diga-se de passagem, está tomando conta das discussões não só dos Parlamentos, mas, de toda a sociedade brasileira.

Entendo a posição do Deputado Leônidas Chaves, certamente como sendo um dos apaniguados, um dos favorecidos, por este sistema, este regime que aí está, certamente um grande proprietário rural, e como de resto o seu Partido tem que defender exatamente a sua posição na tribuna, como hoje está fazendo, é lógico que ele tem de fazer isso! Estão mexendo no que é dele e diga-se de passagem, indevidamente, é tudo conseguido através de um regime, de um esquema montado por este regime, por este sistema, que nada mais tem a não ser explorar a grande maioria do nosso trabalhador rural ...

O Sr. Leônidas Chaves — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA — ... do trabalhador rural que sempre deu sustentação a este nosso Brasil, do seu pedaço de terra para a periferia das grandes cidades.

No momento em que o Governo da Nova República esboça, lança para o debate uma proposta que na minha concepção, no meu entendimento, é um tanto acanhado, no momento crítico e difícil por que passa este nosso Brasil, sentimos a reação feroz, inclusive com ameaças a este Governo muito bem intencionado ...

O Sr. Nelson Buffara — Permite-me um aparte, Senhor Deputado Sérgio Spada?

O SR. SÉRGIO SPADA — ... que de forma, muito devagar ainda, está se encaminhando rumo a novas conquistas ... (VOZES SUPERPOSTAS, PEDIDOS DE APARTES)

O SR. SÉRGIO SPADA — Um momento, já concederei o aparte.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estes homens que defendem essas teses não sabem o que é a vida desses bóias-frias ...

O Sr. Leônidas Chaves — Vossa Excelência está brincando, Senhor Deputado.

O SR. SÉRGIO SPADA — ... a vida desses sem-terra que vivem perambulando pelas estradas, em cima de caminhões, vendo seus filhos morrerem de fome, sem acesso à saúde, inclusive, sem o pão para comer, sendo explorados pelos grandes latifundiários deste nosso Brasil.

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

Eu me surpreendo da reação de Vossa Excelência, porque nós, e tenho certeza que os demais companheiros do PDS, nós somos inteiramente favoráveis à Reforma Agrária, mas, que se faça com uma estrutura elaborada, alicerçada em princípios que não firam o direito de propriedade.

Nós estamos inteiramente apavorados. Queremos dar terra aos sem-terra, mas, da forma como se quer dar; porque o Governo Sarney agiu com precipitação total; ele precisa do respaldo popular que não tem.

Está querendo conseguir à custa de medida de impacto; e esta é uma medida de impacto. Mas, que se faça com mais cautela, mais prudência, mais sensatez, mais cuidado, para não virar bagunça

Tanto é verdade, que até terras do Estado do Paraná, destinadas à construção de casas habitacionais estão sendo invadidas, e o próprio Governador do seu partido pede uma prorrogação, uma

trêgua por sessenta dias, para que se viabilize a concessão de terras aos sem-terra; mas, que seja feito com mais cuidado para evitar exatamente a grande bagunça que está gerando a Reforma Agrária, tão decantada pelo seu partido.

Nós somos favoráveis, inteiramente favoráveis. Queremos dar terra a estes homens sem-terra. Entendemos ser de extrema necessidade, mas, que se faça com critérios, sob pena deste País virar uma tocha humana, um incêndio que ninguém conseguirá apagar, Deputado Sérgio Spada.

Queremos, sim, dar terra, mas, com bom senso, sob pena de entrarmos num maremoto, que não teremos como segurar as pontas dos homens que estão por aí invadindo terras, indiscriminadamente.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu acho, Deputado Nelson Buffara, o fato de evitar guerra, a convulsão ao grande problema está exatamente nas mãos de Vossas Excelências.

(conversas paralelas ...)

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, eu peço que me assegure a palavra.

O Presidente José Sarney não está fazendo nada mais que a obrigação. E não é proposta sua, pessoal, a aplicação do Estatuto da Terra. Este compromisso a Nova República tem para com a Nação; e diga-se de passagem, o Sr. José Sarney está simplesmente tentando pôr em prática esta proposta que foi abalizada e endossada por toda a Nação brasileira.

Eu me admiro do argumento levantado por Vossas Excelências, aqui nesta Casa. Dizer que está sendo açodadamente ...

(conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa solicita que os apartes sejam dirigidos ao orador que tem o critério de deferir ou não.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência concede-me um aparte, nobre Deputado Sérgio Spada?

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu me admiro da argumentação de Vossas Excelências.

Dizer que o Presidente José Sarney está querendo pôr em prática uma reforma agrária, de maneira demagógica açodada. Ora, ele está simplesmente pondo em discussão um Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, por um general. Não, passa de simples obrigação essa do Sr. José Sarney colocar para o debate da Nação.

Eu entendo as posições de Vossas Excelências.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Sérgio Spada: é tudo muito irônico, na verdade. Que se fez uma quartelada neste País, que se convencionou chamar de "revolução"; e esses homens do Golpe de 64, que estão hoje no poder implantaram o Estatuto da Terra, aprovado na época, pela ARENA.

Quando o Governo se propõe a lançar um projeto profundo como é este Projeto da Reforma Agrária, vozes cavernosas saem das penumbras, vozes que, normalmente, ficam caladas nesta Casa sobem às tribunas para defender causa própria.

Toda a reforma de base que o Governo da Nova República tenta implantar, esbarra geralmente em grupos, neste País. — o vale transporte, a Reforma Agrária, os grupos reacionários, os mesmos grupos que grilaram muitas terras deste Paraná e deste Brasil e que utilizam, hoje, milhares de alqueires de terras dadas pelo Governo da Revolução, latifundiários famosos aqui no Paraná, e no Brasil, a começar pelo Presidente José Sarney, sim senhor, Senhor Ney Braga e tantos outros,

latifundiários de cinco estrelas que agora estão preocupados.

Nós precisamos de uma reforma, mas, de uma reforma agrária radical, que mexa com a estrutura fundiária deste País; é isto que precisa ser implantado neste Brasil radical, se utilizando as terras improdutivas dos grandes latifundiários que usam para especulação. E aqui no Paraná, existem muitos e muitos latifundiários que têm milhares e milhares de alqueires sem um pé de feijão plantado.

E existem quatrocentos mil sem-terra neste Estado. E, muito me admira também, a postura do meu Governador José Richa, pedindo prazo para estudar a reforma. Ou ela é implantada ou não é. Não existe meio termo em reforma agrária. Ou ela é, ou não é. Ou se é macho para se implantar ou se não é.

Era isso, nobre Deputado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência, nobre Deputado Fiori Luiz. Ou esses homens poderosos, detentores de grandes propriedades rurais se aliam ao Governo para implantar essa reforma agrária por bem, do jeito que o Governo está propondo, ou mais tarde se arrependerão. Porque, mais tarde, a própria polícia desse Governo no que está tentando dar ainda proteção aos proprietários que merecem um tratamento adequado, não terá mais condições de segurar essa avalanche de homens sem teto e sem pão, sem saúde, que não mais agüentam a espoliação e exploração que está sendo imposta à grande parte dessa nossa população, infelizmente por uma meia dúzia.

Eu falava do quanto é acanhada essa proposta do Governo que é preciso se estabelecer o módulo máximo neste nosso Brasil, e um dado reflete bem essa realidade. Se no nosso Estado do Paraná fosse estabelecido módulo máximo de quinhentos alqueires de terra, atingiria apenas quatro por cento das propriedades rurais dentro do nosso Estado e estas não estariam na mão de nenhum dos trabalhadores rurais que realmente precisam viver da terra.

Estão essas propriedades nas mãos dos bancos, e de grandes proprietários que fazem da terra uma especulação a mais. São médicos, são advogados, que não precisam da terra para viver.

O Sr. Leônidas Chaves — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Deputado Sérgio Spada, eu estou ouvindo Vossa Excelência, e primeiro quero lhe pedir desculpas. Vossa Excelência está sendo tão gentil me concedendo o aparte, e eu não pude fazer o mesmo quando ocupava a tribuna. Fiz um pronunciamento talvez um tanto longo, passou dos trinta minutos, mas, prometo a Vossa Excelência que nas outras oportunidades eu interromperei e atenderei a solicitação de Vossa Excelência. Agradeço-lhe primeiramente.

Deputado Sérgio Spada, reforma agrária, Vossa Excelência está enganado. Eu não tenho o que possuo através de aquisições de favores de Governo nenhum.

Eu não tenho o que possuo, através de aquisições de favores, de Governo nenhum, sou um homem independente, nasci independente em tudo, em idéias, em tudo!

Quero dizer a Vossa Excelência que respeito o seu ponto de vista, mas, Vossa Excelência está muito errado! Será que Vossa Excelência não vê, não olha, não retrata, não olha para todos os partidos comunistas, todos os países comunistas? Hoje, a Rússia importa milhões de grãos, dos Estados Unidos; a Polônia está aí a morrer de fome, a Checoslováquia, etc., todos esses países comunistas que adotaram a reforma agrária, e aqui eu estou falando, contra os comunistas. Todos esses países que adotaram a reforma agrária, países comunistas, hoje estão em péssimas condições econômico-financeiras.

Façamos no Brasil, uma reforma agrária, de alto nível, sem ataques, com maior tranquilidade, sem ressentimentos do passado, do presente ou do futuro!

O Deputado Fiori Luiz dizia ainda há pouco que, Deputados que sempre foram silenciosos nesta Assembléia...

Todos aqui, me conhecem, sou Deputado de seis anos de mandato, vou à tribuna, quando acho que preciso ocupá-la, não sou Deputado que vai lá para... eu só vou, quando acho que devo ocupar a tribuna, mas, tenho condições de ocupá-la e perguntaria ao Deputado Fiori Luiz:

Vossa Excelência não pode falar sobre isso, porque se Vossa Excelência conhece a história do Deputado Fiori Luiz, sabe que ele não conhece como se planta um pé de feijão, na prática, como se recolhe tributos, ao INCRA, como se cultiva a terra. Portanto, o Deputado Fiori Luiz que entrevistou no seu pronunciamento, não tem condições e nem capacidade para falar sobre o assunto! Pode ser um excelente radialista, mas não pode falar sobre reforma agrária!

O Sr. Fiori Luiz - Posso não ter milhares de alqueires, mas posso entender mais que Vossa Excelência! A única diferença é que eu não tenho milhares de alqueires de terra. É só esta, a nossa diferença!

O Sr. Leônidas Chaves - Pode entender de corrida de cavalos!

Deputado Sérgio Spada, eu quero agradecer a Vossa Excelência que me concedeu este aparte e dizer que sobre este assunto, eu sugeri que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná convocasse os Estados sulinos para um debate, aqui, para que nós possamos contribuir com o seu Governo, com o nosso Governo, que é o Governo do PMDB, o Governo do Senhor José Sarney; conheço bem o Senhor Presidente da República, convivemos bem, politicamente, com ele, há vinte anos, por isto estou dizendo a Vossa Excelência, que não precisa atacar, nem a mim e nem a ninguém do PDS, e nem o capitalista - não vamos enumerar.

Lembro-me que eu passava por uma estrada da Bahia; ao lado direito da estrada estava lá escrito GLEBA PARANÁ; procurei saber quem era o proprietário, era o Senador Álvaro Dias que hoje está nos jornais dizendo que é um absurdo oporem-se à reforma agrária! O Deputado Affonso Alves de Camargo Netto que é um homem competente, é um dos latifundiários do País e nem por isto deixa de ser um homem que esteja contribuindo com a Nova República e de uma maneira muito eficaz, como Ministro dos Transportes; o ex-Governador Jayme Canet que todos nós do Paraná apreciamos e Vossa Excelência sabe disso, é o PT, é o PDI, é o PDS, é o PMDB, todos nós aplaudimos e admiramos o ex-Governador Jayme Canet, é um dos grandes latifundiários.

Latifundiários produzindo para esta Nação!

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o seu aparte:

Às vezes, os homens confundem as coisas. O que nós, eu em particular, e o "bóia-fria", temos a ver com o problema da terra do Senhor José Sarney, no Maranhão? O que eu tenho a ver com a terra do Senhor Francisco Simeão, não sei onde? Ou com a fazenda do Senhor Álvaro Dias? O que me importa é que, essa medida tem de ser adotada, o quanto antes.

Eu, até como Presidente da Comissão de Terras, Colonização e Reforma Agrária desta Casa, em concordância com a Comissão da Agricultura desta Casa, estaremos

promovendo à semana que vem um debate que, esperamos, seja amplo, e contamos inclusive, com a participação do nobre Deputado que defende a tese da nova Reforma Agrária para que se faça presente, e talvez nós tenhamos presente nesse encontro, o Ministro Nelson Ribeiro.

Acredito que do debate é que chegaremos à melhor solução para esse problema que ora está dominando as discussões, neste nosso Brasil.

O Sr. Quielise Crisóstomo - Meu nobre orador, o assunto é realmente momentoso e polêmico, mas eu ficaria com as últimas palavras do Deputado Fiori Luiz:

"Se é para se fazer uma reforma agrária, que se faça, logo!"

Não como está procedendo o nosso Governador tentando impedir a reforma agrária. Porque o passo mais difícil já foi feito, o arrojo do Presidente da República, ex-Presidente da ARENA, e do PDS, foi recebido no Brasil com impacto e esse impacto tem que ser aproveitado.

Agora, aqui no Paraná eu acho que o Deputado Fiori Luiz tem razão, nós devemos fazer um movimento contra essa manifestação do Governador José Richa, para que aqueles nordestinos, que vieram do Nordeste, do Norte do Maranhão, vieram para cá, porque lá sim, os grandes latifundiários tocaram os humildes para o Sul e vieram para o Paraná. Hoje, esse nordestino, no Paraná, corre um risco muito grande, segundo a imprensa tem dito, que o Secretário da Agricultura sugeriu que mandasse sacrificá-los aqui no Paraná. Então, tinha que aproveitar agora esse impacto da reforma agrária, para poder mandar de volta esse pessoal antes que a Secretaria da Agricultura execute o seu plano aqui no Paraná.

Então, eu fico com o Deputado Fiori Luiz, precisamos aproveitar urgentemente o plano da Reforma Agrária para evitar essa mortandade que ameaça, aqui no Paraná, o nordestino do Brasil.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Eu lamento conceder o aparte a Vossa Excelência e ter contribuído tão pouco para o nosso pronunciamento.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Sérgio Spada, avalie

Vossa Excelência o tumulto que se gera em torno de reforma agrária. Primeiro eu contesto o que foi dito, de que o Deputado Fiori Luiz por não ter uma propriedade não entenda de reforma agrária. Eu acredito que reforma agrária é muito mais uma questão de lei do que de saber plantar: de justiça social do que de saber colher. Mas, a reforma agrária não pode ser polarizada nobre Deputado, não pode colocar os que não têm terra de um lado, com os que têm de outro, porque esse não é o objetivo do projeto a colocação de que se fulano, beltrano ou ciclano possui uma grande propriedade. Em momento algum do projeto se fala em latifúndio medindo tamanho de terra.

O que se tem que fazer nessa Nação, é terminar com o latifúndio improdutivo, esse que só serve para especulação imobiliária. O que tem que se fazer nessa Nação é redistribuir as próprias terras da União. O que tem que se fazer é reassentar aqueles que querem trabalhar na terra. A polêmica gerada em torno do assunto é o medo e o desconhecimento da grande necessidade da implantação de um modelo dentro dessa nação agrícola, que seja capaz de produzir para matar a fome de milhões de brasileiros ou aumentar a nossa exportação para podermos fazer frente à dificuldade econômica que a nação tem.

Então, não tem nada a ver com isso. Nós estamos tentando jogar através da resistência das grandes propriedades, a desmoralização num projeto necessário e urgente de uma reforma agrária. Isso é indiscutível e necessário, mas sem o conflito do proprietário e não-proprietário, porque ninguém quer quebrar o direito de propriedade produtiva e sim, da propriedade improdutiva.

Eu acredito que com a sustentação do Brasil atual, a necessidade de reorganização da sociedade, com o entendimento político atual, o amadurecimento político desta Nação, nós teremos que ter a coragem de dar os primeiros passos para uma reforma agrária. De nada nos vale mantermos propriedades que não tem nada rendendo. De nada nos vale títulos jogados sobre terras de origens duvidosas, empresas multinacionais dominando centenas de milhares de hectares de terras na Nação improduzindo, quando brasileiros não têm onde plantar.

Então, que medo é esse de reforma agrária! Durmam em paz e de cabeça tranqüila os grandes proprietários dessa Nação que estiverem produzindo. Preocupem-se aqueles que não querem produzir, antecipem-se à reforma agrária. Façam eles uma reforma na sua fazenda, vendam a terra para quem precisa, mas não a mantenham com o fim exclusivo da exploração imobiliária em cima do trabalhador brasileiro.

Esse é o objetivo da reforma agrária séria, que que está começando, que por certo vai demorar muito para ser implantada. Que deverá ter como segundo passo, imediatamente, uma reforma do Sistema Fundiário Brasileiro, da política agrícola nacional para prestigiar o produtor, para não acontecer o que está acontecendo, inclusive no Rio Grande do Sul em que os proprietários de terra, os lavoureiros estão desesperados porque estão devendo, não conseguem com a colheita pagar o juro do financiamento que receberam das máquinas que tiveram que comprar.

Então, reforma agrária. Senhor Deputado, não é exclusivamente distribuir terra: reforma agrária é uma coisa

muito mais profunda, é mudarmos o modelo econômico da Nação. Eu acho muito infeliz a colocação de Rússia, de Cuba, e querer jogar em termos de que comunismo não deu resultado com reforma agrária. E desde quando nós podemos dizer que comunismo é reforma agrária? A propriedade, é propriedade do Estado; e nós aqui estamos defendendo exatamente a propriedade particular porque o pequeno proprietário terá a propriedade particular garantida, ninguém está querendo quebrar com o direito de propriedade de ninguém.

Então, o medo fica por conta daqueles que não estão utilizando as suas lavouras, e a certeza de que a implantação de reforma agrária será exatamente o contrário: a segurança do direito de propriedade para aquele que usar a terra com o fim e o objetivo que ela tem que é de produzir, tanto na pecuária, como na agricultura.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. O fato é que o PMDB, que é Governo no Estado do Paraná, a Aliança Democrática a que chegou, senão pelo voto direto, mas com o respaldo da população brasileira que foi às praças referendar a candidatura Tancredo Neves e Sarney, e tem um compromisso com a Nação, e esse compromisso tem que ser posto em prática custe o que custar.

Muito obrigado. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDACÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 201/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 37/85 e 38/85, 42/85 a 46/85.

Levanta-se a sessão.